

FEVEREIRO 2024 NOVIDADES (FISCAIS)



PPR - «Compromisso Emprego Sustentável»

Foi publicada, no Diário da República n.º 23/2024, Série I de 2024-02-01, a Portaria n.º 39-A/2024 que procede à terceira alteração da Portaria n.º 38/2022, de 17 de janeiro, que cria e regula a medida «Compromisso Emprego Sustentável».

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/02/02301/000200014.pdf>

Unidade Técnica de Avaliação de Políticas Tributárias e Aduaneiras (U-TAX)

Foi publicado, no Diário da República n.º 24/2024, Série I de 2024-02-02, o Decreto-Lei n.º 19/2024 que cria a Unidade Técnica de Avaliação de Políticas Tributárias e Aduaneiras (U-TAX).

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/02/02400/000700012.pdf>

Modelo 3 - IRS

Foi publicada, no Diário da República n.º 24/2024, Série I de 2024-02-02, a Portaria n.º 39-B/2024 que aprova os modelos de impressos destinados ao cumprimento da obrigação declarativa prevista no n.º 1 do artigo 57.º do Código do IRS e respetivas instruções de preenchimento.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/02/02401/000200199.pdf>

Banco de Portugal

Foi publicado, no Diário da República n.º 26/2024, Série II de 2024-02-06, o Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2024 que regulamenta a aplicação, pelos prestadores de serviços de pagamento estabelecidos em Portugal, de limites de montante às operações de pagamento eletrónicas em que sejam beneficiárias a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E. P. E.

<https://files.diariodarepublica.pt/2s/2024/02/02600000/0/0016200163.pdf>

Retribuição Mínima Mensal Garantida - RAM

Foi publicado, no Diário da República n.º 28/2024, Série I de 2024-02-08, o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2024/M que aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) para vigorar na Região Autónoma da Madeira (RAM).

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/02/02800/000600007.pdf>

Orçamento do Estado 2024 - Retificação

Foi publicada, no Diário da República n.º 30/2024, Série I de 2024-02-12, a Declaração de Retificação n.º 10/2024 que retifica a Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2024.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/02/03000/000400006.pdf>

AT - IRS

Foi divulgado, no Portal da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), o folheto informativo de apoio ao IRS 2023.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/Folhetos_informativos/Documents/IRS_folheto_2023.pdf

IRS – Declaração automática de rendimentos

Foi publicado, no Diário da República n.º 37/2024, Série I de 2024-02-21, o Decreto Regulamentar n.º 3/2024 de 21 que procede à fixação do universo dos contribuintes abrangidos pela declaração automática de rendimentos.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/02/03700/000200004.pdf>

Prémio salarial de valorização

Foi publicada, no Diário da República n.º 38/2024, Série I de 2024-02-22, a Portaria n.º 67-A/2024 que regulamenta o âmbito, os procedimentos e demais condições específicas de operacionalização do prémio salarial de valorização das qualificações no mercado de trabalho.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/02/03801/000200004.pdf>

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 6/2024

Foi publicado, no Diário da República n.º 39/2024, Série I de 2024-02-23, o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 6/2024 que republica o Acórdão do STA de 24 de Janeiro de 2024, no Processo n.º 118/20.3BALS – Pleno da 2.ª Secção – Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: «Uma sociedade gestora de participações sociais domiciliada em Portugal, regulada pelo disposto no

Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de Dezembro, que tem como único objecto a gestão de participações sociais de outras sociedades que não exercem actividade no sector financeiro, não beneficia da isenção de pagamento de imposto de selo prevista no artigo 7.º, n.º 1, alínea e), do Código de Imposto de Selo, por não se subsumir, subjectivamente, no conceito de instituição financeira constante do artigo 3.º, n.º 1, ponto 22, da Directiva 2013/36/EU e do artigo 4.º, n.º 1, ponto 26, do Regulamento UE n.º 575/2013.»

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/02/03900/0005200065.pdf>

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 7/2024

Foi publicado, no Diário da República n.º 40/2024, Série I de 2024-02-28, o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 7/2024 que republica o Acórdão do STA de 28 de setembro de 2023, no Processo n.º 93/19.7BALS B – Pleno da 2.ª Secção Uniformiza a Jurisprudência nos seguintes termos:

«1 – Quando um Estado Membro escolhe exercer a sua competência fiscal sobre os dividendos pagos por sociedades residentes unicamente em função do lugar de residência dos Organismos de Investimento Colectivo (OIC) beneficiários, a situação fiscal dos detentores de participações destes últimos é desprovida de pertinência para efeitos de apreciação do carácter discriminatório, ou não, da referida regulamentação;

2 – O art.º 63, do TFUE, deve ser interpretado no sentido de que se opõe a uma legislação de um Estado-Membro por força da qual os dividendos distribuídos por sociedades residentes a um OIC não residente são objecto de retenção na fonte, ao passo que os dividendos distribuídos a um OIC residente estão isentos dessa retenção;

3 – A interpretação do art.º 63, do TFUE, acabada de mencionar é incompatível com o art.º 22, do E.B.F., na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13/01, na medida em que limita o regime de isenção nele previsto aos OIC constituídos segundo a legislação nacional, dele excluindo os OIC constituídos segundo a legislação de outros Estados Membros da União Europeia.»

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/02/04000/000700019.pdf>

AT – Prémio salarial de valorização das qualificações no mercado de trabalho

Foi divulgado, no Portal da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), o folheto informativo relativamente ao prémio salarial de valorização das qualificações no mercado de trabalho.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/Folhetos_informativos/Documents/Premio_Salarial.pdf?fbclid=IwAR2u7aJsPLjGiOr1nJSOGHIKslyOHgNG-ixM-Rk-2ONGwf9ZGpef7zGxFBM_aem_AWuR1yu046N5ldi_rMsXIXFO1JsTHAWRA1ZyHWg88eVvFc6t_mAgBo6BhCo22uSeYiM



Medida excecional e temporária de compensação na produção da atividade agrícola e pecuária

Foi publicada, no Diário da República n.º 42/2024, Série I de 2024-02-28, a Portaria n.º 72/2024 que estabelece as regras gerais de uma medida excecional e temporária de compensação, pelo acréscimo de custos de produção da atividade agrícola e pecuária, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 28-A/2023, de 3 de maio, e dos artigos 34.º e 35.º do Regulamento (UE) 2022/2472, da Comissão, que declara certas categorias de auxílios no setor agrícola e florestal e nas zonas rurais compatíveis com o mercado interno.

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/02/04200/0001700019.pdf>

E-Fatura - verificação e comunicação de faturas pelos consumidores finais

Foi divulgado, no Portal das Finanças, o Despacho n.º 84/2024-XXIII, de 27/02 que prorroga o prazo para a verificação e comunicação de faturas pelos consumidores finais no e-fatura.

https://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/informacao_fiscal/legislacao/Despachos_SEAF/Documents/Despacho_SEA_F_82_2024_XXIII.pdf

Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 8/2024

Foi publicado, no Diário da República n.º 43/2024, Série I de 2024-02-29, o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 8/2024 que republica o Acórdão do STA de 24-01-2024, no Processo n.º 152/23.1BALS - Pleno da 2.ª Secção Uniformiza-se a jurisprudência nos seguintes termos: «A matéria coletável das mais-valias realizadas na venda de imóvel localizado no nosso país, por parte de sociedade não residente e sem estabelecimento estável em Portugal, incide sobre a sua totalidade, não sendo aplicável a redução de 50%, prevista no artigo 43.º, n.º 2, alínea b) do CIRS.»

<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2024/02/04300/0002400052.pdf>

Programa «Qualifica On»

Foi publicada, no Diário da República n.º 43/2024, Série II de 2024-02-29, a Portaria n.º 367/2024 que cria o Programa «Qualifica On», dirigido a empresas que se encontrem em momentos de paragem da produção por motivos de reestruturação da organização produtiva, destinado a apoiar processos de qualificação e requalificação de trabalhadores, prevenindo desemprego futuro.

<https://files.diariodarepublica.pt/2s/2024/02/043000000/00006100067.pdf>

Instruções Administrativas

Ofício Circulado n°	Data	Assunto
15 997	26/02/2024	Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro
15 998	28/02/2024	Sistema de Gestão Uniforme dos Utilizadores e Assinatura Digital (UUM & DS) Revogação do Ofício Circulado n.º 15942 de 29/03/2023
20 264	05/02/2024	IRC - taxas de derrama municipal incidentes sobre o lucro Tributável do IRC do período fiscal de 2023.
20 265	07/02/2024	Alterações à declaração modelo DMR - Declaração Mensal de Remunerações
20 266	23/02/2024	Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro – Programa Mais Habitação: IRS - Categoria G
25 023	21/02/2024	Tributação em sede de ISP e isenções - vigência em 2024
40 122	31/01/2024	Regime jurídico do cadastro predial - procedimentos de atualização das matrizes prediais
90 068	16/02/2024	OE 2024-disposição transitória e revogação do regime fiscal dos Residentes não Habituais (RNH)

Circular n°	Data	Assunto
2/2024	02/02/2024	Retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões Tabelas de retenção - Região Autónoma dos Açores

Informações vinculativas

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Assunto
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTOS DAS PESSOAS COLETIVAS			
01/02/2024	CIRC	63.º	Método a utilizar para efeitos de apuramento do preço que as partes devem praticar, no âmbito de um contrato de prestação de serviços intra-grupo
01/02/2024	CIRC	50.º-A	Contratos de licença de utilização de software licenciado - Enquadramento fiscal dos rendimentos no regime do «Patent Box», previsto no artigo 50.º-A do Código do IRC
01/02/2024	CIRC	50.º-A	Licenças de utilização de uma aplicação instalada em serviços hospitalares
14/02/2024	CIRC	22.º	Fusão de compartimentos patrimoniais autónomos de FCR - SIFIDE
14/02/2024	CIRC	121.º-A	CBCR e Public CBCR - Conceito de rendimentos
14/02/2024	CIRC	73.º	Operação de fusão por incorporação - regime de neutralidade fiscal
14/02/2024	CIRC	4.º	Formação à Distância - Extensão da obrigação de imposto
19/02/2024	CIRC	88.º	Tributação Autónoma de Remunerações Variáveis dos Administradores - Plano de opção de compra de ações ("plano de stock options")
28/02/2024	EBF	22.º	Conversão de sociedade anónima em OIA imobiliário sob forma societária
28/02/2024	Decreto-Lei n.º 162/2014 de 31/10 - Código Fiscal do Investimento (CFI)	30.º	DLRR) - Aquisição de imóvel que se encontrava arrendado por um particular a uma empresa (estado de novo)
28/02/2024	CIRC	88.º	Gastos Fiscais - Depreciações de Viatura ligeira de mercadorias - Art.º 23º, n.ºs 1 e 2 do CIRC; Tributação Autónoma de gastos relacionados com viatura ligeira de mercadorias - Art.º 88º, n.º 3 do CIRC

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Assunto
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTOS DAS PESSOAS COLETIVAS			
28/02/2024	CIRC	73.º	Operação de fusão por incorporação de outra sociedade - regime de neutralidade fiscal
28/02/2024	CIRC	72.º	Operação de cisão simples com destaque de um ramo de atividade para uma nova sociedade - regime de neutralidade fiscal
28/02/2024	CIRC	63.º	Preços de Transferência - Transações comerciais entre uma sociedade e o seu sócio-gerente, detentor de 50% do capital, agindo enquanto empresário em nome individual
28/02/2024	CIRC	43.º	Encargos com a aquisição de equipamentos de ginásio - Realizações de utilidade social
28/02/2024	CIRC	20.º	Caução, prestada no âmbito de um contrato de arrendamento, que vise garantir obrigações contratuais e que será devolvida com a entrega do imóvel, configura um rendimento sujeito a IRC
28/02/2024	CIRC	6.º	Regime de transparência fiscal; Sociedades de simples administração de bens; Sociedade por quotas cuja atividade exercida é a administração de imóveis, propriedade dos quotistas, para arrendamento, na posse da sociedade por contratos de comodato;
28/02/2024	CIRC	2.º	Sociedade Irregular - sujeito passivo de IRC
29/02/2024	CIRC	4.º	Serviços de formação online prestados por uma entidade não residente sem estabelecimento estável - Retenção na fonte

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Assunto
BENEFÍCIOS FISCAIS			
14/02/2024	EBF	22.º	Fusão de compartimentos patrimoniais autónomos de FCR - SIFIDE
28/02/2024	EBF	22.º	Conversão de sociedade anónima em OIA imobiliário sob forma societária

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Assunto
BENEFÍCIOS FISCAIS			
29/02/2024	EBF	22.º	Conversão de sociedade anónima em OIA imobiliário sob forma societária
29/02/2024	EBF	22.º	Conversão de sociedade anónima em OIA imobiliário sob forma societária
29/02/2024	EBF	22.º	Conversão de sociedade anónima em OIA imobiliário sob forma societária

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Assunto
CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSAÇÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS			
15/02/2024	CIMT	11.º	Isenção de IMT na aquisição de prédios para revenda- Aplicação temporal do prazo constante do n.º 5, do artigo 11.º do CIMT, na redação dada pela Lei, n.º 56/2023, de 6 de outubro
15/02/2024	CIMT	7.º	Aplicação temporal da alteração à primeira parte do n.º 4 do artigo 7.º do CIMT, efetuada através da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro (n.º 4, do artigo 7.º do CIMT)
15/02/2024	CIMT	7.º	Isenção de IMT - Aquisição de prédios para revenda- Aplicação temporal do prazo do n.º 4, do artigo 7.º do CIMT, na redação dada pela Lei, n.º 56/2023, de 6 de outubro (n.º 4, do artigo 7.º do CIMT)

Disponibilizada em:	Diploma	Artigo	Assunto
CÓDIGO DO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS			
14/02/2024	CIV	50.º	Não se verifica a alienação/transmissão de veículo isento nos termos e para efeitos de aplicação do art.º 50º do CISV - Ónus de tributação residual, de um táxi dado como perda total e considerado como "salvado".



Acórdãos TJUE

Proc:	Data	Nome	Matéria	Assunto
C-733/22	08/02/2024	Valentina Heights	IVA	Reenvio prejudicial – Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) – Diretiva 2006/112/CE – Artigo 98.º – Faculdade de os Estados-Membros aplicarem uma taxa reduzida de IVA a determinadas entregas de bens e prestações de serviços – Anexo III, ponto 12 – Taxa reduzida de IVA aplicável ao alojamento em hotéis e estabelecimentos do mesmo tipo – Aplicação desta taxa apenas aos estabelecimentos de alojamento que disponham de um certificado de classificação – Princípio da neutralidade fiscal
C-674/22	22/02/2024	Gemeente Dinkelland	IVA	Reenvio prejudicial – Impostos cobrados em violação do direito da União – Obrigação de reembolsar o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e de pagar juros sobre o montante deste – Reembolso resultante de erros cometidos na contabilidade do sujeito passivo – Reembolso resultante da alteração retroativa das modalidades de cálculo do IVA dedutível relativo às despesas gerais do sujeito passivo
C-694/22	22/02/2024	Comissão/Malta (Taxation des véhicules d'occasion)	Imposto anual de circulação	Incumprimento de Estado – Artigo 110.º TFUE – Imposto anual de circulação – Tributação dos veículos usados importados superior à que incide sobre os veículos similares que já se encontram no mercado nacional